

“ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL”

REF.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº NF 0404-26

IMPUGNANTE: XXX

CNPJ: XXX

ENDEREÇO: XXX

E-MAIL: XXX

TELEFONE: XXX

A empresa acima identificada, por seu representante legal infra-assinado, com fundamento nos princípios que regem as licitações públicas, especialmente os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade, vem, respeitosamente, apresentar a presente:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

O edital em referência estabeleceu, dentre os requisitos de qualificação técnica, a obrigatoriedade de apresentação de:

“atestado(s) de desempenho, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s), comprovando que a proponente executou treinamento em NR-10 Básico e NR-10 Complementar - Sistema Elétrico de Potência (SEP), em ambientes operacionais de alta tensão, tais como: empresa(s) geradora(s), transmissora(s) ou distribuidora(s) de energia elétrica com no mínimo 500 (quinhentos) empregados do quadro próprio, nos últimos 36 (trinta e seis) meses (...)”.

Entretanto, tal exigência mostra-se excessivamente restritiva e potencialmente limitadora da competitividade do certame, afrontando princípios fundamentais aplicáveis às contratações públicas.

2. DA RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE

A exigência de comprovação de experiência exclusivamente em empresas geradoras, transmissoras ou distribuidoras de energia elétrica com no mínimo 500 empregados do quadro próprio extrapola os limites da razoabilidade e da proporcionalidade.

Isso porque a capacidade técnica para execução de treinamentos NR-10 SEP em ambiente de alta tensão não decorre do número de empregados da empresa contratante, mas sim da efetiva experiência técnica, qualificação dos instrutores, conteúdo ministrado, estrutura operacional e atuação em sistemas elétricos de potência.

A NR-10 não estabelece qualquer distinção técnica baseada na quantidade de empregados da empresa tomadora dos serviços, tampouco restringe a validade ou complexidade do treinamento ao porte da contratante.

Desse modo, a cláusula editalícia cria barreira artificial à participação de empresas plenamente capacitadas, reduzindo indevidamente o universo de concorrentes aptos.

3. DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

A Administração Pública pode exigir qualificação técnica compatível com o objeto licitado, porém tais exigências devem guardar estrita pertinência e necessidade em relação ao objeto da contratação.

No presente caso, não há demonstração objetiva de que apenas empresas que tenham atuado junto a organizações com mais de 500 empregados possuam capacidade técnica para executar os treinamentos pretendidos.

A manutenção dessa exigência restringe injustificadamente a ampla concorrência e viola os

princípios da razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que empresas com vasta experiência em treinamento NR-10 SEP em ambientes industriais de alta tensão acabam excluídas do certame sem justificativa técnica concreta.

4. DA LIMITAÇÃO INJUSTIFICADA QUANTO AO TIPO DE EMPRESA

O edital também restringe a comprovação técnica apenas a experiências em empresas geradoras, transmissoras ou distribuidoras de energia elétrica.

Todavia, treinamentos NR-10 SEP são amplamente realizados em diversos segmentos industriais que operam sistemas elétricos de potência e ambientes de alta tensão, tais como:

- indústrias de grande porte;
- mineração;
- siderurgia;
- papel e celulose;
- petroquímica;
- plantas industriais;
- subestações industriais;
- empresas de manutenção elétrica especializada.

Assim, a limitação constante do edital exclui experiências equivalentes tecnicamente aptas a demonstrar a plena capacidade operacional da licitante.

5. DA RESTRIÇÃO INDEVIDA QUANTO AO PRAZO DOS ATESTADOS TÉCNICOS

O edital também estabelece que os atestados técnicos deverão comprovar execução dos serviços “nos últimos 36 (trinta e seis) meses”.

Entretanto, tal limitação temporal mostra-se excessivamente restritiva e sem demonstração de necessidade técnica específica, especialmente considerando a natureza do objeto licitado.

A experiência técnica adquirida na execução de treinamentos NR-10 Básico e NR-10 Complementar SEP não perde sua validade pelo simples decurso do tempo, sobretudo quando a empresa permanece atuando no segmento de treinamentos de segurança elétrica e mantém corpo técnico qualificado.

Importante destacar que empresas especializadas frequentemente possuem histórico consolidado de atuação há muitos anos em treinamentos NR-10 SEP realizados em ambientes de alta tensão, inclusive em grandes operações industriais e sistemas elétricos complexos, sendo plenamente irrazoável desconsiderar experiências relevantes apenas por terem sido executadas anteriormente ao período arbitrariamente fixado no edital.

A exigência de limitação temporal de apenas 36 meses restringe injustificadamente a competitividade do certame e afronta os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla concorrência, uma vez que impede o aproveitamento de acervos técnicos legítimos, regularmente executados e plenamente aptos a comprovar capacidade operacional da licitante.

Cumprе salientar que a capacidade técnica deve ser aferida pela efetiva experiência comprovada da empresa e pela compatibilidade dos serviços executados com o objeto licitado, e não exclusivamente por marco temporal reduzido sem justificativa técnica concreta.

Dessa forma, requer-se também a revisão da exigência temporal prevista no edital, permitindo-se a apresentação de atestados de capacidade técnica sem limitação temporal restritiva, desde que comprovem experiência compatível com o objeto da contratação.

6. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- a) o recebimento e processamento da presente impugnação;

- b) a revisão da cláusula editalícia referente à qualificação técnica;
- c) a exclusão da exigência de comprovação de execução de treinamentos em empresas com “mínimo de 500 empregados do quadro próprio”;
- d) a exclusão do limite de 36 meses de comprovação dos treinamentos de nr-10 básico e SEP;
- e) a ampliação da aceitação de atestados técnicos relativos à execução de treinamentos NR-10 SEP em quaisquer ambientes operacionais de alta tensão tecnicamente compatíveis com o objeto licitado;
- f) subsidiariamente, que seja apresentada justificativa técnica detalhada e objetiva para manutenção da restrição imposta;
- g) a suspensão da sessão pública até apreciação definitiva da presente impugnação, caso necessário.

Nestes termos,

Pede deferimento.